

A construção da categoria analítica “Campo” no Brasil - Possibilidades à Educação do Campo

Lisiane Costa Claro¹, Vilmar Alves Pereira²

¹Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA. Avenida Itália, Km 8, s/n. Carreiros. Rio Grande - RS. Brasil. lisianecostaclaro@gmail.com. ²Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

RESUMO. O texto que segue aborda a construção da categoria analítica “Campo” no contexto nacional brasileiro. Mais do que forjar tal categorização, tanto a influência do Ruralismo Pedagógico na elaboração e efetivação de um projeto determinado, quanto às pesquisas sobre o contexto campesino, projetavam a imagem do Campo e seus Sujeitos de maneira a acolher, ou não, determinados grupos que constroem os espaços rurais. Por meio da pesquisa bibliográfica e da Análise de Conteúdo (Franco, 2005), realizamos uma busca sobre os olhares ao Campo a partir de pesquisas no período entre 60 e 90. Objetivamos compreender este processo de elaboração do Campo como categoria da área Educação, instigando questionamentos frente ao elemento conceitual. Consideramos a contribuição deste exercício, sobretudo, ao entender este processo junto às suas repercussões aos estudos e práticas realizadas no bojo da Educação do Campo. As abordagens destacadas, contributos primordiais, situadas em seu tempo, apontam para as diversas relações com a agricultura e sua constituição. Porém, não evidenciam a possibilidade de outras atividades e demais peculiaridades que não estejam vinculadas diretamente a categoria “trabalho” presentes no Campo. O ensaio possibilita a abertura para novas abordagens, convidando à reinvenção da categoria analítica “Campo”.

Palavras-chave: Campo, Categoria de Pesquisa, Educação do Campo.

The construction of the analytical category “Rural” in Brazil - Possibilities for Rural Education

ABSTRACT. The text that follows approaches the construction of the analytical category "Rural" in the Brazilian national context. Rather than forging such a categorization, both the influence of Pedagogical Ruralism in the elaboration and implementation of a given project, research on the peasant context, projected the image of the Field and its Subjects in order to accommodate or not groups that construct the rural areas. Through the bibliographic research and Content Analysis (Franco, 2005), we conducted a search of the field from researches in the period between 60 and 90. We aim to understand this process of elaboration of the Field as a category of Education, questions about the conceptual element. It's consider the contribution of this exercise, above all, to understand this process along with its repercussions to the studies and practices experienced in the Field Education field. The outstanding approaches, primordial contributions, located in their time, point to the various relations with agriculture and its constitution. However, they do not show the possibility of other activities and other peculiarities that are not directly linked to the category "work" present in the Rural. The test allows the opening of new approaches, inviting the reinvention of the analytical category "Rural".

Keywords: Rural, Research Category, Rural Education.

La construcción de la categoría analítica “Campo” en Brasil - Posibilidades a la Educación del Campo

RESUMEN. El texto que sigue aborda la construcción de la categoría analítica "Campo" en el contexto nacional brasileño. Más allá de forjar tal categorización, tanto la influencia del Ruralismo pedagógico en la elaboración y efectividad de un proyecto determinado, como las investigaciones sobre el contexto campesino, proyectaban la imagen del Campo y sus Sujetos de manera a acoger o no determinados grupos que construyen Los espacios rurales. A través de la investigación bibliográfica y del Análisis de Contenido (Franco, 2005), realizamos una búsqueda sobre las miradas al Campo a partir de investigaciones en el período entre 60 y 90. Objetivamos comprender este proceso de elaboración del Campo como categoría del área Educación, instigando Cuestionamientos frente al elemento conceptual. Consideramos la contribución de este ejercicio, sobre todo, al entender este proceso junto a sus repercusiones a los estudios y prácticas experimentadas en el seno de la Educación del Campo. Los enfoques destacados, contribuciones primordiales, situadas en su tiempo, apuntan a las diversas relaciones con la agricultura y su constitución. Sin embargo, no evidencian la posibilidad de otras actividades y demás peculiaridades que no estén vinculadas directamente a la categoría "trabajo" presentes en el Campo. El ensayo posibilita la apertura para nuevos enfoques, invitando a la reinención de la categoría analítica "Campo".

Palabras clave: Campo, Categoría de Investigación, Educación del Campo.

Diálogo introdutório

Após quase duas décadas da proposta da Educação do Campo enquanto pauta nacional, em consonância com a própria proposta pedagógica da Educação do Campo que se anuncia enquanto aberta à constante (re)construção, consideramos relevante rever os desafios presentes no espaço do Campo. Do mesmo modo, acreditamos necessária a revisão sobre a própria definição acerca da categoria "Campo", tendo como horizonte o sujeito presente nessa construção e, portanto, as identidades vinculadas a estes.

Deste modo, no texto que apresentamos, propomos uma revisão acerca dos estudos considerados clássicos sobre o espaço do Campo no contexto brasileiro. Consideramos que estes estudos contribuem fundamentalmente na construção do Campo enquanto categoria de análise das produções de conhecimento no bojo científico. Trata-se de trabalhos de historiadoras(es), sociólogas(os), intelectuais que buscavam delinear o espaço campesino no âmbito da pesquisa nacional a partir da década de 1960 até os anos 90.

Cabe destacar que selecionamos este período devido ao espaço deste tema no campo acadêmico, considerando seus desafios ao adentrar este âmbito, bem

como as mudanças de olhares frente ao horizonte compreensivo "Campo". Por este mesmo motivo, consideramos a relevância destas pesquisas, já que se configuram enquanto esforços significativos ao projeto de Campo naquele período e que, até hoje, de algum modo, balizam as produções no bojo dos estudos vinculados ao espaço do Campo.

Consideramos pertinente esta revisão haja vista que tais estudos demonstram as bases epistemológicas arraigadas às pesquisas que se propõem a estudar o contexto campesino; sobretudo, demonstram indicativos sobre como este âmbito vem sendo compreendido ao longo do tempo, conferindo diversos olhares ao espaço em evidência e constituindo o sujeito do Campo. Acreditamos que este é um exercício necessário para a própria reconstrução e problematização da Educação do Campo, num sentido transformador e dialógico, pelo viés compreensivo.

Além disto, ponderamos que muito embora a Educação do Campo, enquanto proposta constituída junto às pessoas que vivem nos espaços rurais tenha contribuído decisivamente para as lutas dos movimentos sociais populares do Campo (representando uma importante conquista para esse contexto) ainda é possível acompanhar uma série de contradições que

requerem o retorno às bases dessa proposta.

Como percurso metodológico, pautamo-nos na pesquisa bibliográfica, que auxilia na compreensão das variáveis e autenticidade do estudo. Assim como contamos com a Análise de Conteúdo, que viabiliza o manejo com produções textuais escritas. Neste rumo, seu ponto de partida é a mensagem, porém considera as condições contextuais de seus produtores e precisa estar situada com a concepção crítica e com os processos de linguagem para a construção de consensos e pareceres (Franco, 2005, p. 13).

Com estes suportes abordaremos uma concepção que fundamenta os projetos em torno do âmbito campesino, bem como o processo de pesquisa em relação ao Campo no contexto nacional.

Sobre o Ruralismo Pedagógico enquanto concepção e as pesquisas sobre o espaço do Campo

Ao depararmos-nos com alguns dados sobre a violência no Campo, como o avanço do agronegócio e fraudes na distribuição de terras, além dos processos que as políticas públicas lidam com o êxodo, questionamos até que ponto a Educação do Campo tem sido construída junto aos Sujeitos do Campo de maneira em que se compreenda as diversas e

múltiplas relações que tramam as sociabilidades constituídas pelos grupos que nem sempre estão articulados aos movimentos sociais populares do Campo.

Mais cuidadosamente, podemos perceber os alarmantes índices referentes aos espaços constituídos por ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros, indígenas e quilombolas situados nos espaços rurais. Apesar de a Educação do Campo abarcar estes povos, para além do grupo que compreendemos por agricultores familiares, nota-se que as desigualdades e opressões são mais evidentes nos territórios constituídos por esses outros sujeitos (que não agricultores familiares) os quais também deveriam ser acolhidos, como as políticas públicas demarcamⁱ, na proposta da Educação do Campo.

Na busca pelos olhares lançados ao espaço do Campo, a partir do nosso horizonte compreensivo "Campo" realizamos uma busca pelo entendimento do processo pelo qual o Campo foi sendo concebido nacionalmente. Destacamos nossa abordagem em duas pautas: 1) O Campo constituindo-se a partir da elaboração e efetivação de um projeto pautado no Ruralismo Pedagógico (concepção fundamentada nos valores colonialistas articulada ao ideal de "desenvolvimento" tecnológico, necessária a uma proposta opressora dos saberes

locais dos povos do Campo), a partir do início do século XX. 2) Busca pela compreensão de como o âmbito das pesquisas sobre o contexto campesino projetava a imagem do Campo e de seus Sujeitos.

Enquanto a primeira pauta trata da concepção que influenciaria as práticas pedagógicas da educação formal no espaço do Campo, a segunda lança um olhar atento à forma como é compreendido o espaço do Campo (e seus sujeitos) no âmbito da pesquisa. Realizamos esta análise a partir de três momentos dos estudos sociológicos e históricos acerca do espaço campesino (década de 60, o período dos anos 70 e 80, e, o decênio de 90). Acreditamos que junto a este processo constitui-se também um Sujeito quando se refere ao contexto do Campo.

Passamos a abordar brevemente alguns apontamentos sobre a concepção do Ruralismo pedagógico. Pires (2012) pontua que essa concepção foi corroborada pela ideologia colonialista, que se embasava na defesa das "virtudes" do Campo e seu cotidiano, a fim de evitar ou desfiar o foco de seu esvaziamento populacional, fragilidade social e política do patriarcalismo. Além disso, buscava "remediar" as situações de conflitos oriundas da oposição dos agroexportadores ao movimento progressista urbano.

A autora destaca que, junto a esses objetivos essa proposta teve apoio de outros segmentos das elites urbanas, os quais defendiam a fixação da população do Campo no espaço rural como forma de evitar possíveis problemas sociais nas cidades criados pelo êxodo campesino. Além disso, ressalta:

No início do século XX, o ruralismo pedagógico conseguiu adesão também nos movimentos sociopolíticos e culturais, como o movimento nacionalista e movimento católico, os quais valorizavam a mesma visão fisiocrata em que a riqueza tem origem na produção agrícola e que o Brasil tinha um destino econômico agropecuário. Essa visão permanece até a década de 1930, quando as transformações no modelo econômico agroexportador, como também as tendências escolanovistas e progressistas em educação ... passaram a exigir um novo tipo de escolaridade (Pires, 2012, p. 83).

Sobre essa visão destacada acima, em relação ao ideário de riqueza a partir da produção agrícola, compreendemos o quanto o Ruralismo Pedagógico toma corpo, ao objetivar o preparo do trabalhador do Campo em uma lógica modernizante. No mesmo sentido, para Prado (1995) o Ruralismo Pedagógico pode ser definido enquanto uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, ao longo do Estado Novo, formularam concepções que já vinham sendo discutidas desde a década de 1920

quais defendiam uma escola adaptada aos interesses e necessidades hegemônicas.

A partir das decisões tomadas no pós-guerra pelo centro hegemônico, surge uma série de investimentos por parte dos Estados Unidos em relação a programas e projetos de esfera rural. Assim,

É o caso da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR) criada em 1956 e responsável pela coordenação de Programas de extensão, ao lado de outras iniciativas, como a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR), os quais visavam à preparação de técnicos destinados à educação de base rural cuja tônica era o desenvolvimento comunitário, com projetos como a Campanha de Educação de Adultos e as Missões Rurais de Educação de Adultos (Pires, 2012, p. 86).

Essas iniciativas têm como fundamento uma ideologia do desenvolvimento comunitário. Neste sentido, a educação rural em prol da modernização do Campo repercutia a lógica da internacionalização da economia brasileira, disposta aos desmandos do capital monopolista.

Neste contexto, identificamos a presença do ruralismo pedagógico como uma perspectiva que ampara ações de cunho educativo em grandes projetos os quais anunciam o objetivo de desenvolver a economia e o Campo brasileiros. Desde

julho de 2016, propagandas na mídia da TV aberta brasileira vêm afirmando que “Agro é tec; agro é pop” – alusão (e ilusão) ao agronegócio como possibilidade de ser “sustentável”, “inclusivo”, “necessário” para a melhoria da economia e vida nos espaços do Campo.

Consideramos que estas propostas de grandes empresas, como compensações ambientais, não estão preocupadas com a qualidade de vida no sentido do “bem viver” das populações locais camponesas, com suas identidades e saberes, mas sim com os números de uma economia pautada nas acepções capitalistas, visando o lucro e certo destaque de um Estado burguês frente ao setor do mercado.

Sobre o horizonte teórico nacional acerca do Campo, muito embora autores como Arroyo, Caldart e Molina (2009) realizem a crítica acerca da ausência da temática do Campo nos estudos, especialmente na área das Ciências Sociais, cabe destacar que Neves (2009), apesar de aproximar-se a essa crítica de escassez e homogeneização, aponta para as possibilidades desde o legado dos cientistas sociais. A autora reafirma sociologicamente a multiplicidade de condições de integração da força de trabalho, salientando a constituição do campesinato e pertinência desse fenômeno ao campo das pesquisas.

A socióloga aborda que o campesinato possui magnitude com relação à presença produtiva seja a partir de uma condição na qual os camponeses estejam em integração sob tutela imediata ou na condição de produtores parcelados autônomos. A articulista justifica que, no presente contexto, reconhecer as diversas abordagens de constituição do campesinato é evidenciar parte dos fundamentos das lutas pela expansão dos territórios camponeses:

É tornar compreensíveis alguns dos princípios de idealização da vida social que instituem o imaginário de projetos familiares; ou do sonho coletivo de muitos dos trabalhadores que, insistentemente, nos períodos de vigência de formas democráticas ou de ditaduras, buscaram e buscam a conquista e a reafirmação do acesso a lotes de terra para se instalarem como produtores autônomos (Neves, 2009, p. 308).

A partir desta compreensão, são discutidas algumas linhas interpretativas que influenciariam os estudos da área. Como uma primeira polêmica citada pela autora, está a compreensão dualista e generalista através da contraposição entre feudalismo e capitalismo mercantil - bases analíticas encaradas como organizativas da sociedade agrária. Neves (2009) aponta que essa pauta controversa marca a produção intelectual nos anos de 1960, um período no qual há a elaboração de

distintos projetos à sociedade brasileira, assim como projetos de dissolução das formas tuteladas camponesas. Neste panorama:

Como o olhar interpretativo que reconhecia a subsumida produção agrícola baseada na gestão familiar imputava-lhe os qualitativos da ausência, ela foi por isso explicada por elementos que não continham ou não a abarcavam como traço fundamental: não-capitalista, de subsistência, minifúndio, pequena, etc. Portanto, foi então compreendida pelo distanciamento para com a forma de organização produtiva contextualmente reconhecida como moderna e hegemônica porque capitalista (Neves, 2009, p. 304-305).

Ao contrariarem esta interpretação por um viés de polarização, o qual tende a simplificar os processos de constituição do campesinato, alguns estudiosos passaram a redefinir os termos reflexivos dessa temática. A autora coloca que alguns desses pesquisadores realizavam um recorte que supervalorava uma análise da expropriação massiva, enquanto outros buscavam compreender a natureza social da diversidade das manifestações sociais, políticas e econômicas camponesas.

Nesta dinâmica, torna-se possível desmistificar a visão do Campo e suas produções num entendimento fadado à dissolução definitiva e imediata; o Campo passa a ser enxergado por meio das condições sociais necessárias à existência

dessa categoria. Ainda assim, com a predominância desta linha interpretativa de precarização das condições sociais da produção no campo em relação aos pequenos agricultores (como a situação social brasileira campesina encontrava-se), que de certo modo anunciava a morte inevitável das formas de produção campesinas mais tradicionais, apontava-se como solução o deslocamento das unidades familiares e do produtor independente para o trabalho produtivo em larga escala (Neves, 2009).

A autora salienta que o amparo institucional mais efetivo de incentivo à criação de agentes intelectuais de novos olhares ao Campo ocorre somente com a estruturação de cursos de pós-graduação, os quais apresentavam muitas pesquisas que contavam com estudos de caso. No âmbito político,

este novo olhar esteve coadunado a imposições políticas, decorrentes da mobilização e da construção de visibilidade social de trabalhadores que, por questionamentos coletivos a regras jurídicas e a formas de dominação exacerbadas, integraram a cena política, mediante questionamentos de formas ilegítimas de exercício da autoridade pelos proprietários de terra a que estavam vinculados. Desse questionamento, apresentaram-se socialmente como portadores de mediados projetos políticos, contrapostos para a ordenação da vida social e da estrutura de poder na sociedade brasileira, mormente no que diz

respeito à concentração fundiária. (Neves, 2009, p. 305-306).

Junto a este movimento questionador às opressões presentes na constituição do campesinato, a autora destaca que os sujeitos vinculados a esse espaço rural e as diversas formas de produção nesse contexto constituem-se enquanto estudiosos do tema. Alguns desses configuram-se enquanto agentes interventores - seja na busca pela modernização da agroindústria ou na defesa das tradições do Campo que conheceram.

A autora registra que, ao longo deste movimento, é possível acompanhar um crescimento da produção intelectual dos estudos da vida social camponesa brasileira, reconhecendo sujeitos considerados sitiantes, colonos, moradores, meeiros, parceiros, extrativistas, entre outros, sob um olhar que os considera "agentes econômicos fundamentais". Em um movimento que estende a forma pela qual diferentes grupos, que integram o espaço em evidência, surgem alguns estudos que buscavam o entendimento sobre a constituição desses agentes sociais, ultrapassando o caráter economicista das pesquisas. Contudo, Neves (2009) sublinha que essas pesquisas tendem a ser realizadas com relação aos grupos imigrantes europeus.

A partir destas colocações, na década de 60 destacamos os estudos de três autores pertinentes ao tema da constituição do Campo e de seus Sujeitos: Maria Isaura Pereira de Queiroz; Manoel Correia de Andrade; e Otávio Guilherme Alves Velho.

Com a proposta de desenhar um breve panorama desse período, para melhor situar os estudos a serem compreendidos por meio desses autores, cabe lembrarmos de alguns pontos do contexto que se busca evidenciar.

Nesse período, o capital estrangeiro configurava uma preferência econômica. O financiamento dos gastos públicos era uma prática comum que se dava a partir da expansão dos meios de pagamento. Outra ação característica do planejamento, na virada dos 50 para os 60 era a ampliação da participação do setor governamental, além de incentivos a iniciativa privada. Esses gastos, gerados pelo governo, eram aplicados em infraestrutura, o que acarretava o estímulo da demanda geral, incentivando a oferta. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) tinha seu índice de progressivo crescimento. Todavia essa expansão monetária, gerada pelas dívidas adquiridas pelo setor público, gerou um processo inflacionário que atingia diretamente a população brasileira,

sobretudo os povos vinculados ao Campo por meio da produção autônoma.

Desta maneira, o Plano de Metas, apesar de ter ativado a economia e ter ocasionado o investimento infraestrutural, acarretou uma inflação que atingia grupos os quais não participavam dos setores agroindustriais na esfera campesina. Na esfera das políticas públicas vinculadas à Educação no espaço do Campo, é importante registrar:

É nas décadas de 1950 e 1960 que a educação rural é considerada mais seriamente pelo Estado, justamente em um período de extrema atenção para as questões urbanas e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento industrial. A perspectiva de desenvolvimento econômico e a ideologia do progresso são expressões pautadas na narrativa evolucionista, que exigiam o 'fim' do campo e do camponês, pois estes, eram considerados sinônimos de passado e atraso (Pires, 2012, p. 86).

Com este panorama, identificamos que ainda preconizava uma visão arcaica sobre as formas de produção no espaço rural.

Por outro lado, Toledo (2004), ao abordar os conflitos e as posições divergentes do governo de João Goulart, entre os anos de 1961 e 1964, ressalta que o movimento político militar de abril de 1964 representou um golpe contra as reformas sociais, que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira,

bem como configurou-se um golpe contra a incipiente democracia política burguesa pós 1945 do Estado Novo. O autor aponta-se em Florestan Fernandes, para destacar que os setores conservadores buscavam barrar a ampla participação crescente das camadas populares, inclusive as do Campo, nesse processo de reformas.

Contudo, no âmbito econômico, iniciou-se uma crise política e a estagnação econômica tornou-se presente num cenário que apresentou um crescimento econômico anteriormente de mais de 10% ao ano. Com a crise, a economia cresceu, no ano de 1962, o percentual de 5,3; em 1963, apenas 1,5%; e, no ano seguinte, 2,4 (Baer, 1995). Para além destes índices, cabe salientar que a vida no Campo era diretamente afetada.

Com o discurso de combate à inflação, foi criado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). No PAEG, foi aplicada uma política cambial de incentivo exportador, a qual simpatizou por entrada de capital e renegociações da dívida externa contraída, além de uma política de arrocho salarial. Entretanto, como as políticas monetárias expansionistas eram incabíveis nesse programa, uma saída foi o aumento dos impostos. Apesar de o Plano ter contido a inflação, novamente a população foi afetada: desemprego, falências e

concordatas, queda do crescimento e baixa na indústria de construção foram o resultado desta política.

É neste contexto que os movimentos do Campo passam a articular-se de forma a reivindicar suas pautas a partir das necessidades dos homens e mulheres que constituem o Campo. Segundo Pires (2012), na década de 1960, surgem importantes atores na constituição de uma Educação do Campo, tais como: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sindicatos, as Federações de Trabalhadores e a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o trabalho das Ligas Camponesas e a ação pastoral dos bispos da Igreja Católica, os Centros Populares de Cultura (CPC) e, logo, o Movimento da Educação de Base (MEB) e os Círculos de Cultura Popular, com Paulo Freire.

Maria Isaura Pereira de Queiroz foi uma pesquisadora de destaque no horizonte das pesquisas do Campo, especialmente com sua publicação, em 1963, ao problematizar a condição social do Campo a partir da abordagem a categoria rural enquanto esquecida. A autora retoma os estudos de uma década anterior a sua obra, nos quais Jacques Lambert já apontava dados que demonstravam a quantidade desproporcional entre o número de habitantes no país em relação ao número

de consumidores. Questão que apontava para a existência de uma população no Campo, a qual produzia uma "economia fechada", como era encarada a produção de subsistência, contrapondo os ideais do mundo moderno da produção.

Assim, a autora aponta-se em referenciais os quais reforçam a concepção de um país fragmentado entre ordem arcaica e moderna. Além disto, tem como sustentáculos de sua crítica alguns estudos os quais consideram diferentes grupos campesinos, os quais têm semelhanças em termos de regime econômico como pertencentes ao "mesmo gênero de vida" (Pereira de Queiroz, 2009, p. 63). Todavia, a autora faz um aparo sobre as compreensões da vida de diferentes grupos no Campo do contexto nacional e identifica traços específicos acerca da categoria que estuda. Para tanto, está ancorada em estudos de sociólogos e historiadores.

O segundo autor, que acreditamos contribuir em muito com os estudos sobre a vida e as lutas do Campo, é Manuel Correia de Andrade, o qual detalha as tentativas de articulação das "massas rurais" (Andrade, 2009, p. 73). Acreditamos que sua leitura acerca das ligas camponesas e a sindicalização vinculada ao trabalho do Campo, bem ressalta os processos de enfrentamento que

os povos vinculados à agricultura protagonizaram nesse período.

O estudo em evidência demonstra o processo de construção da resistência organizada latente em um período de significativas opressões no espaço rural. Aqui é possível compreender o quanto a categoria do trabalho passa a tomar força na busca por melhores condições sociais na vida do Campo. Além disso, o autor, assim como seus contemporâneos da área, demarca a divisão nacional arcaica/moderna, mas atribuindo ao modelo considerado "arcaico" um caráter de relevância para a continuidade dos traços da produção e vida familiar campesina.

Segundo Neves (2009), Otávio Guilherme Alves Velho assume um importante papel nos estudos camponeses no Brasil durante a década de 60; visava a demarcação da presença e do deslocamento de formas camponesas no contexto nacional. O estudioso realiza uma análise sob a ótica das condições estruturais dos mecanismos de dominação política alimentados pela repressão da força de trabalho. A partir de um enfoque crítico ao ideal desenvolvimentista, a obra do intelectual abarca os investimentos políticos na integração e expansão territorial que legitimava formas de opressão pela falta de mobilidade da força

de trabalho, assim como pela expulsão dos trabalhadores pela *plantation*.

Logo, nas décadas de 1970 e 1980, abordamos as pesquisas de Ciro Flamarion Cardoso e Octavio Ianni. Consideramos necessário lembrar que o início desse período é marcado pelo chamado "milagre econômico", o qual foi um período que correspondeu aos anos de 1968-1973. Nesse tempo, foi vivenciado o maior crescimento econômico brasileiro. A economia, que regeu esse período, representou a necessidade de legitimação no poder do regime ditatorial militar.

As práticas comuns, nesse momento, estavam pautadas nas reduções de juros, contenção de custos e salários, e incentivos à demanda por meio de políticas monetárias expansionistas e através dos créditos acessíveis. O aumento e a diversificação das exportações, juntamente com o aumento das importações de bens de capital, foram aspectos marcantes desse tempo. As importações crescentes significavam maior vulnerabilidade do país com relação às condições externas.

Nessa época houve um crescimento da dívida externa e do acúmulo de reservas internacionais. Esse incentivo ao capital externo ocorria devido à existência de uma política cambial não desejosa de valorização da moeda junto às políticas de retomada de crescimento e à política

industrial de complemento de substituição de importação e devido à estabilidade política que gerava credibilidade às vistas estrangeiras.

Segundo Oliveira (1989), o financiamento proveniente do exterior, que expandiu o país, no primeiro momento agônico do milagre, acarretaria, sobretudo, a "limpar o terreno" para o início do processo de concentração. Essa fase inicial configurou-se como um período de empréstimos e não como capital de risco.

Pereira (1986) argumenta que o fato de o mercado internacional vivenciar uma baixa nas taxas de juros, durante o período de grande crescimento interno, o país adquiriu vantagens frente a essa situação externa. Dessa forma, devido ao endividamento elementar, o Brasil cresceu a níveis altíssimos. Assim, vimos que o "milagre econômico" de 1967-1973 é um processo de acumulação apoiado em endividamento externo. A crise do petróleo com a multiplicação do seu preço acelera o processo de endividamento externo e do país, e a taxa de inflação (Pereira, 1986).

Apesar de o financiamento externo objetivar dar credibilidade ao governo com o aumento de reservas, certamente seria um preço alto a ser pago por muito tempo. Neste sentido, a classe trabalhadora sentiu fortemente os desdobramentos dessas práticas econômicas. Mais uma vez, os

pequenos agricultores e outros produtores vinculados ao trabalho rural não encontram incentivos para uma produção familiar de subsistência e que possa contribuir com as economias locais num sentido mais cooperativo e solidário.

Na constituição desse panorama socioeconômico do contexto nacional, cabe destacar que esses desdobramentos, que o mesmo apresenta, articulam-se com a chamada Revolução Verde. De acordo com Gonçalves (2004), este movimento é a tentativa de despolitizar a pauta da fome. Conta com o apoio de países vinculados à indústria bélica. O autor destaca o argumento utilizado pela iniciativa que apostava no caráter técnico para a solução da insegurança alimentar.

Sob o discurso de garantia à alimentação dos países que sofriam com a fome, esses países, considerados como "desenvolvidos", instigam a Revolução Verde como uma forma de modernizar a agricultura por meio de novas tecnologias, monocultura, agrotóxicos, sementes modificadas geneticamente, enfim, uma série de mecanismos da biotecnologia.

A imposição desta lógica, modernizante, afeta duramente a vida no Campo, aumentando à vala das desigualdades nos espaços rurais. Exemplo deste fenômeno é a situação que privilegia os latifundiários, haja vista que, com a

maior produção, proporcional a suas extensões de terras, investiam nesse paradigma que viabilizava os resultados comerciais imediatos da produção em larga escala.

Além desta posição de injustiça em termos comerciais, comparando este tipo de produção à produção do pequeno agricultor, outro eixo da questão ambiental fica latente em relação à degradação que essa lógica trazia ao ambiente campesino: temos um cenário que marginaliza os pequenos agricultores; os relega a uma noção de "Brasil Arcaico" e obsoleto ao desenvolvimento econômico do país e a uma lógica que reforça a relação destrutiva de domínio entre ser humano e natureza.

No que diz respeito às outras formas de vida vinculadas ao espaço rural, destacamos as práticas econômicas que assolavam os pescadores artesanais, os quais passavam a enfrentar sérios problemas advindos da falta de incentivos, em detrimento de uma prática de governo, ao longo dos anos 70 e 80, de fomento à pesca industrial, altamente predatória.

O trabalho de Ciro Flamarion Cardoso agrega em nossa leitura acerca da constituição do Campo brasileiro e do sujeito que o compõe, a partir da sua obra na década de 80, a qual aborda o campesinato e a escravidão brasileira. O historiador concebe o trabalho e a

constituição do espaço campesino a partir da agricultura e suas relações com a mão de obra escrava. O autor revisa as compreensões acerca da escravidão nas Américas, assim como se dedica ao estudo sobre as sociedades coloniais – que têm como base o trabalho análogo.

Os estudos desenvolvidos por Octavio Ianni durante a década de 80 contribuem à compreensão da utopia camponesa a partir de seu amparo em diferentes contextos a nível internacional sobre as lutas e tentativas revolucionárias agrícolas. Neste sentido, o autor realiza um olhar delicado, mantendo seu embasamento na concepção de totalidade, por uma visão pautada na dialética, aproximando-se da esfera cultural, quando o mesmo aborda as questões raciais presentes na constituição da identidade nacional.

Neste período, a partir do reconhecimento das abordagens dos estudos acima, é possível identificar que a pauta “trabalho” está estritamente vinculada à economia, mas vai abrindo-se às questões culturais oriundas e paralelas a pauta econômica. Ciro Flamarion traz a crítica frente ao modelo de sociedade brasileiro que se constitui a partir do espaço do Campo num sentido opressor por meio da colonização, enquanto Ianni enfatiza as formas de resistência a tais

violências. Ambos os autores enfatizam a agricultura como atividade de estudo. São estudos como estes que contribuem para a identificação do agricultor como Sujeito do Campo, ideário de certa identidade que parece prevalecer no imaginário acerca da construção do sujeito camponês.

Já na década seguinte, trazemos ao diálogo teórico as contribuições de Klaas Woortmann, durante a década de 90. O antropólogo faz contribuições às compreensões sobre o cotidiano do espaço campesino. Neste viés, relaciona algumas categorias presentes no Campo (como família, terra, trabalho, liberdade, comida), relacionando-as com categorias como honra, hierarquia e reciprocidade (Woortmann, 1990).

Ou seja, muito embora sua produção esteja aberta ao campo das representações, destacando a esfera cultural por meio de um olhar etnográfico, compreendemos que ainda assim, sua análise, que foi bem preponderante à compreensão de parte do universo campesino, destaca um tipo de Sujeito que constitui as ordens sociais do mundo rural: um sujeito vinculado à produção agrícola.

Considerações (indicativos para a revisão permanente da Educação do Campo enquanto proposta libertadora e da categoria Campo)

Por este painel, ao encarar de forma contextualizada acerca da produção intelectual sobre a educação e sobre os olhares em torno dos povos do Campo, acreditamos chegar a uma possível leitura capaz de identificar o processo de construção de um Sujeito presente no espaço campesino. Junto a esta construção, obviamente, temos a constituição de uma categoria de análise que é o Campo. Enfatizamos que, para além da instituição de um construto de análise, a produção do conhecimento na academia de algum modo traz uma série de desdobramentos à própria referência que os sujeitos que formam (ou não) o território/espaço/tempo/vida Campo se compreendem.

Pela análise realizada, consideramos que a área das pesquisas, principalmente nas décadas de 60 e 70, enfatiza a questão econômica, negligenciando outros fatores que estão presentes na vida do Campo. Por outro lado, alguns estudos passam a analisar estas especificidades de âmbito cultural. Contudo, consideramos que estes estudos ainda polarizam algumas questões preponderantes para a compreensão do espaço do Campo, bem como aos Sujeitos que o formam.

Ao buscar o cuidado de compreender, paralelo a esse movimento que passava a encarar os sujeitos sociais do Campo, a concepção da pedagogia

ruralista, reconhecemos alguns traços presentes nessa constituição e denunciemos quais bases fundamentam a construção de um ideário, que parte ainda de uma racionalidade instrumental e que encara o Sujeito do Campo sob a égide da passividade, da necessidade de inclusão à lógica desenvolvimentista, da negação dos saberes emergentes da experiência do viver.

Assim, consideramos algumas possibilidades de revisão da proposta da Educação do Campo por meio de três eixos pensados a partir dos estudos desenvolvidos pelos autores aqui apresentados: **1)** Olhar compreensivo a partir das especificidades econômicas dos povos do Campo. **2)** Leitura sobre a diversidade cultural dos diferentes povos que habitam o espaço do Campo. **3)** Atenção aos fundamentos educativos presentes nas propostas pedagógicas presentes nos espaços campesinos.

A sugestão por abordar as especificidades econômicas não remonta aos estudos sobre as práticas de uma economia hegemônica e opressora, mas exige a abertura à outras formas manutenção da existência de ordem material. Possibilita a compreensão de práticas mais solidárias de viver e inaugura um campo de viabilidades a partir de, por

exemplo, autogestão de comunidades tradicionais.

Com relação à leitura acerca da diversidade cultural, destacamos o campo das linguagens e representações, um espaço de possibilidades e respeito à multiplicidade mítica e dimensão ética. Estudos que tratem das identidades das sociedades presentes no Campo são imprescindíveis para a própria revisão acerca do conceito “Campo”: é necessário lembrar que povos considerados tradicionais situados no espaço rural também são considerados camponeses. Portanto, as políticas públicas precisam ser constituídas por estas sociedades também rurais. Reconhecer esta multiplicidade é também disputar a revisão do significado do contexto camponês.

Enquanto os fundamentos presentes no âmbito dos estudos do Campo, salientamos que os mesmos podem interferir nas propostas pedagógicas que estão presentes nas ações do Campo. É necessário identificar quais as concepções que estão vinculadas aos projetos de cunho educativo nos espaços em questão. Questionar determinadas ações que se dizem “sustentáveis”, “necessárias” vinculadas ao “desenvolvimento” do espaço do Campo. Reconhecer e alimentar propostas que estejam na contramão das opressões do Campo é uma postura

necessária à revisão da Educação do Campo.

As pesquisas sobre o espaço do Campo no contexto brasileiro, destacadas neste estudo, enfatizam a categoria do trabalho muito arraigada a categoria da agricultura. Apesar dos autores definirem diferentes enfoques, identificamos o quanto à academia no período das produções evidenciadas, contribui para a compreensão do Campo vinculada ao Sujeito que trabalha enquanto agricultor. Os estudos apontam para as diversas relações com a agricultura, bem como para sua constituição. Contudo, não evidenciam de forma específica a possibilidade de outras atividades e demais peculiaridades que não estejam vinculadas diretamente ao horizonte compreensivo “trabalho” presentes no Campo.

Assim, lembramos que as formas de dominação em relação aos Sujeitos do Campo não estão apenas no avanço da lógica mercadológica do trabalho, fragmentado e reduzindo seu sentido ontológico. As formas de opressão também estão vinculadas ao não reconhecimento dos saberes, das crenças e da ética das formas múltiplas de se viver no espaço do Campo. Portanto, consideramos que a academia deve também reconhecer outras formas de saberes, para além do que

conhecemos por “ciência” naquele sentido moderno, utilitarista e antropocêntrico.

Referências

Andrade, M. C. (2009). As tentativas de organização das massas rurais - as Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In Welch, C. A. *et al.* (Orgs). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas* (pp.73-85). São Paulo, SP: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (2009). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Baer, W. (1995). *A economia brasileira*. São Paulo, SP: Editora Nobel.

Franco, B. *Análise de conteúdo*. (2005). Brasília, DF: Líber Livro.

Gonçalves, C. W. P. (2004). Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista Interdisciplinar Interthesis PPGICH UFSC*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/%x>

Neves, D. P. (2009). Constituição e Reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais. In Neves, D. P. (Org.) *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato* (pp. 303-325). São Paulo, SP: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Oliveira, F. (1989). *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Grall.

Pereira, L. C. B. (1986). *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.

Pereira de Queiroz, M. I. (2009). Uma categoria rural esquecida (1963). In Welch, C. A. *et al.* (Org.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo, SP: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

Pires, A. M. (2012). *Educação do campo como direito humano*. São Paulo, SP: Cortez.

Prado, A. (1995). Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5-27. Recuperado de:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/bras/il/cpda/estudos/quatro/adonia4.html>

Toledo, C. N. (2004). 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, 24(47). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>

Woortmann, K. (1990). “Com parente não se negueia”: o camponês como ordem moral. *Anuário Antropológico*, 87, Brasília: UNB.

ⁱ Um exemplo é o decreto nº 7.352/10, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, demarcando a presença de extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos.

Recebido em: 24/08/2017
Aprovado em: 16/09/2017
Publicado em: 17/11/2017

**Como citar este ensaio / How to cite this essay /
Como citar este ensaio:**

APA:

Claro, L. C., & Pereira, V. A. (2017). A construção da categoria analítica “Campo” no Brasil - Possibilidades à Educação do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 2(2), 811-829. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p811>

ABNT:

CLARO, L. C.; PEREIRA, V, A. A construção da categoria analítica “Campo” no Brasil - Possibilidades à Educação do Campo. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 2, n. 2, p. 811-829, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p811>

ORCID

Lisiane Costa Claro

 <http://orcid.org/0000-0003-3113-1380>

Vilmar Alves Pereira

 <http://orcid.org/0000-0003-2548-5086>